

O SERTÃO COMO FRONTEIRA ESTRATÉGICA: EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TERRITORIAL NAS ESPEDIÇÕES DE JOAQUIM FRANCISCO LOPES E JOHN HENRY ELLIOT (1842-1852)

INGLÊS THE HINTERLAND AS A STRATEGIC FRONTIER: EXPLORATION AND THE PRODUCTION OF TERRITORIAL KNOWLEDGE IN THE EXPEDITIONS OF JOAQUIM FRANCISCO LOPES AND JOHN HENRY ELLIOT (1842–1852)



Rafael Alves Pinto Junior

 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8439-9586>

 E-mail: rafael.junior@ifg.edu.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de historiar o conjunto de explorações concebidas pelo Barão de Antonina, realizadas pelo sertanista Joaquim F. Lopes e registradas pelo cartógrafo John H. Elliott entre 1842 e 1852. Metodologicamente, procuramos seguir a cronologia dos acontecimentos para identificar os agentes, relacionar os atores e ações do projeto de incorporar o sertão ao projeto estratégico imperial. Entre os resultados, estão o contato com povos originários, o conhecimento territorial e a definição uma saída para o comércio fluvial para garantir uma ligação viável com a província de Mato Grosso.

Palavras-chaves: Sertão; Exploração territorial; Fronteira estratégica.

Abstract: This article aims to reconstruct the set of exploratory expeditions conceived by the Baron of Antonina, carried out by the backlands explorer Joaquim F. Lopes and documented by the cartographer John H. Elliott between 1842 and 1852. Methodologically, the study follows the chronology of events in order to identify the agents involved and to relate the actors and actions associated with the project of incorporating the hinterland into the Empire's broader strategic agenda. Among the outcomes were contact with Indigenous peoples, the production of territorial knowledge, and the identification of a fluvial outlet for trade aimed at securing a viable connection with the northern part of the province of Mato Grosso.

Keywords: Hinterland; Territorial Exploration; Strategic Frontier

Uma rocha de quartzito de aproximadamente 1 x 2,5 m marcada com as iniciais “JFL”, “JHE” e a data “1846”, atualmente localizada no pico da serra do Apucarana¹, permanece

¹ Mirante do morro das Pedras Brancas, na Serra do Cadeado (Ortigueira – PR).

como solitária testemunha iconográfica da jornada encomendada pelo barão de Antonina, João da Silva Machado, a Joaquim Francisco Lopes e a John Henry Elliott na década de 1840 (Figura 1). A intenção declarada do empreendimento era encontrar e demarcar um caminho viável e mais curto que o existente entre a vila de Curitiba, na então província de São Paulo, e as regiões do Paraguai, sul de Mato Grosso e Cuiabá.

Figura 1 – Iconografia em uma rocha de quartzito com as inscrições “JFL”², “JHE”³ e “1846” para demarcar um dos trechos da expedição de Joaquim F. Lopes e John H Elliott. Fotografia de Edu Carvalho (2023).



Fonte: Acervo pessoal gentilmente cedido pelo fotógrafo Edu Carvalho.

A principal via de comunicação fluvial existente entre a província de São Paulo e Cuiabá era bastante árdua: de Porto Feliz a Cuiabá, por meio da *Rota das Monções*, os viajantes gastavam cerca de cinco meses repletos de perigos e dificuldades. Desde o século XVIII, várias tentativas procuraram encontrar trechos mais favoráveis, pelos varadouros do rio Ivinhema (abandonado) e do rio Camapuã, que se tornou oficial, com posto e fazenda do governo de São Paulo, mas se procuravam caminhos melhores, pois era inóspito, repleto de cachoeiras e ramificações desorientadoras.

Além de diversos aventureiros, o roteiro idealizado pelo barão de Antonina já fora parcialmente percorrido no século XVIII pelos engenheiros militares que trabalharam na demarcação das fronteiras entre os territórios americanos de Portugal e Espanha. Francisco José de Lacerda e Almeida, por exemplo, esteve por dez anos, entre 1780 e 1790, naquela região de fronteira. Seu diário de viagem⁴ está repleto de informações detalhadas e levantamentos de distâncias e identificações de obstáculos naturais em partes do território que seria percorrido posteriormente pela expedição de Joaquim Francisco Lopes.

² Joaquim Francisco Lopes.

³ John Henry Elliott.

⁴ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitânias do Pará, Rio Negro, Matogrosso, Cuiabá, e S. Paulo, nos anos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5047>. Acesso em: 02 ago 2023.

As fontes documentais e os agentes das expedições

O conjunto documental das expedições pode ser agrupado em três categorias. Uma, referente à exploração preliminar realizada em 1842 em direção aos campos do Paiquerê, no sertão⁵ de Guarapuava.⁶ O grupo tinha o objetivo de identificar os pontos de entradas mais acessíveis e os locais mais favoráveis para o estabelecimento em locais “vazios”⁷ para ser bases de avanços no sertão adiante. Esta investigação no território que sediou as missões jesuíticas do Guairá no século XVIII, produziu o documento intitulado *Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominados Paiquerê*⁸, com informações a respeito da potencialidade de ocupação dos campos naturais. As *Informações*, foram enviadas ao imperador Pedro II e publicadas em 1843 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O segundo grupo, engloba os relatórios das sete expedições de Joaquim Francisco Lopes e John Henry Elliott realizadas entre 1844 e 1849. Em 1847, o barão de Antonina encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o *Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itarerê, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina*.⁹ No ano seguinte, o IHGB publicou o *Itinerário das viagens empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na província de Mato Grosso – feitas nos anos de 1844 a 1847*

⁵ “Sertão” compreendido no sentido de espaço “virgem” de colonização, distinto de “território”, correspondente ao espaço ocupado e alterado conforme: AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995 e NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sertão Recôndito, polissêmico e controvertido”. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). *Sertões Adentro: Viagens nas Caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2012. p. 14-57.

⁶ BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Senhor de homens, de terras e de animais. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800 - 1853)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 275.

⁷ Conceito amplamente utilizado no século XIX como argumento para a política de ocupação de terras indígenas, colonização, a abertura de frentes pioneiras e expansão agrícola. A esse respeito consultar: SEED, Patricia. *Ceremonies of possession in Europe's conquest of the New World, 1492–1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; BECKER, Bertha K. *A urbe amazônica: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013 e MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁸ MACHADO, João da Silva. *Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominado Paiquerê*. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, tomo 5, 1843, p. 109-117. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=2213>. Acesso em: 2 jan 2025.

⁹ ELLIOTT, John H. *Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itarerê, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina* (Manuscrito oferecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente o sr. barão de Antonina). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 9, 1847, p. 17-42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/893676/4425>. Acesso em: 02 set 2023.

pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo sr. João Henrique Elliot¹⁰, também encaminhado pelo barão de Antonina. A esses documentos, o barão acrescentou o *Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai*¹¹, relatado por Francisco Lopes e publicado pelo IHGB em 1850.

O terceiro grupo compreende o relatório intitulado *A emigração dos Cayuaz*¹², de autoria de John Henry Elliot e também publicada pelo IHGB em 1856, e o conjunto da produção iconográfica composta por ilustrações, desenhos e cartografias elaboradas por Elliot. Esse relatório se refere à migração, em 1854, de cerca de 600 indígenas para o aldeamento de São Pedro de Alcântara implantado na margem esquerda do rio Tibagi, e está diretamente relacionado às expedições iniciadas em 1842, idealizadas pelo barão de Antonina.

A publicação dos documentos tinha um objetivo duplo: por um lado, para o barão, legitimar no meio erudito da época a extensão, os limites e importância do empreendimento e, por outro lado, para a instituição criar a seção de Arqueologia e Etnografia do Instituto Histórico e Geográfico e contribuir para o debate político a respeito dos grupos indígenas nacionais. De acordo com a historiadora Maria Wissenbach¹³, essas expedições permitem análises em níveis diversos. Podem ser compreendidas enquanto episódios da história social do Império brasileiro, produto de ambições pessoais, e de projetos políticos mais amplos – colonização, comércio, catequese e navegação fluvial - ou como o início de um processo de expansão das atividades econômicas em direção às novas áreas de uma fronteira produtiva que se dilatava em direção ao oeste. Atualmente, parece incontroverso o entendimento de que havia uma relação direta entre os objetivos das explorações ao sertão enquanto instrumentos de constituição da própria nacionalidade. Uma observação que era válida, ao menos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde as expedições concebidas pelo

¹⁰ ELLIOTT, John Henry. *Itinerário das viagens empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na província de Mato Grosso – feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo sr. João Henrique Elliot*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 10, 1848, p. 153-177. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/893676/5131>. Acesso em: 02 ago 2023.

¹¹ LOPES, Joaquim Francisco. *Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 13, 1850, p. 315-335. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/893676/6908>. Acesso em: 02 ago 2023.

¹² ELLIOT, John Henry. *A emigração dos Cayuaz*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 19, 1856, p. 434-474. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=10605>. Acesso em: 06 set 2023.

¹³ WISSENBACH, Maria C. Cortez. *Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: as Expedições do barão de Antonina no Brasil Meridional*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30, 1995, p.137-155.

barão de Antonina passaram a integrar o panteão dos destacados empreendimentos imperiais. Na instituição, o reconhecimento do território, a demarcação da geografia e o controle da população nativa, eram entendidos como meios para garantir a missão civilizatória do Estado. Em suma, como bem refletiu o historiador Manoel Luís Lima Salgado Guimarães ao colocar que, naquele momento, “a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.”¹⁴

A ideia que embasou essas iniciativas também era produto de interesses pessoais dos diversos envolvidos. A própria empreitada se distinguia das demais expedições da época, ao reunir três personalidades de níveis sociais tão diversos: um rico político e latifundiário do Império, um ex-militar norte-americano e um sertanista forjado na empiria dos sertões do Brasil Central. Os diversos documentos revelam as tentativas para se encontrar uma saída a oeste, a estratégia de “tateamento” do território, as relações com os indígenas, com os povoados já consolidados e as aspirações pessoais, políticas e econômicas dos envolvidos. Para o barão, as expedições eram uma estratégia de ocupação territorial que representava uma realização de suas ambições pessoais e políticas. Natural de vila do Taquari, no Rio Grande do Sul, ele iniciou sua carreira como negociante e tropeiro no sul de São Paulo, associando-se a influentes fazendeiros e políticos locais como, por exemplo, Antônio da Silva Prado. Não tardou a acumular fortuna e prestígio, por meio do comércio de muares e gado, entre a elite política regional. Soube investir e prosperou. Por volta de 1826, já possuía terras em Sorocaba, Itapeva, Lages, Lapa e Castro, com propriedades tanto no Planalto quanto nas Missões. Inseriu-se, por meio do casamento de sua filha, Balbina Alexandrina da Silva, com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, na elite dirigente da política e da economia paulista: de modesto comerciante de mulas passou ao círculo íntimo da elite rural.

Em 1822, João da Silva Machado foi responsável pela conservação da *Estrada da Mata*,¹⁵ entre São Paulo e Rio Grande do Sul e, como tenente-coronel do exército, teve a oportunidade de explorar os rios Tibagi e Paranapanema. Em meados de 1830, Silva Machado ocupou cargo na Comissão de Comércio, Indústrias e Trabalhos Públicos, encarregada, dentre outras coisas, de demarcar novas estradas e construir pontes. Teve a oportunidade de conhecer a rede de caminhos que garantiam a articulação, por meio dos

¹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988. p. 6. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 01 ago 2023.

¹⁵ Trecho do *Caminho das tropas* e parte do longo caminho dos tropeiros entre Viamão a Sorocaba (1.135 km, In: FILHO, Alcides Goularti. *A estrada da mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional*. Textos de Economia, Florianópolis, v.15, n.2, p.111-138, jul./dez.2012, p. 116. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2012v15n2p111/25979>. Acesso em: 2 jan 2025.

tropeiros, das regiões produtoras de cavalos e muares no Sul e a consolidada feira de Sorocaba. Foi deputado provincial entre 1835 a 1843 por São Paulo e vice-presidente da província de São Paulo. Participava, portanto, dos destinos políticos nacionais.

No início da década de 1840, a região de Curitiba estava envolvida em conflitos entre os farroupilhas e os participantes da Revolta Liberal, sediados em Sorocaba. Nesse contexto, Silva Machado soube articular politicamente, de um lado, um governo central com o apoio de seu grupo paulista para valorizar e destacar as particularidades da região de Curitiba e, de outro, unificou a elite local em torno do estreitamento de laços com o Império. O resultado foi a promessa da criação da futura província do Paraná e o recebimento do título de barão de Antonina em 1843.

Nessa época, Silva Machado era um homem maduro e experiente. Contava com 58 anos de idade, era um dos homens ricos e importantes¹⁶ do Império¹⁷, “senhor de homens, de terras e de animais”¹⁸ e ambicionava ampliar em muito as suas já grandes e sólidas conquistas. Não coincidentemente, data desse período o interesse em implantar aldeamentos a oeste da província de São Paulo, demarcar terras e expandir as vias de circulação em direção a Mato Grosso. Além disso, ele se esforçava para manter a imagem de um líder regional, favorável à abolição da escravidão, culto e civilizado, interessado em fomentar a imigração, a expansão econômica e a proteção dos indígenas. Entretanto, é indisfarçável, sob essa imagem de benemérito homem de seu tempo, a conjugação e a ação das forças de seus próprios interesses e negócios pessoais. Em 1843, ele já articulava junto às instâncias legislativas na Corte para a criação da província do Paraná, o que efetivamente aconteceu em 1853. Estava, portanto, plenamente cômico do que a emancipação de Curitiba significaria, política e economicamente, para ele, sua família e seus apoiadores.

Para viabilizar a exploração, em 1842, Silva Machado contratou o sertanista Joaquim Francisco Lopes para uma exploração preliminar. O resultado estimou que o território possuía cerca de 80 léguas, povoado por uma população entre 80.000 a 100.000 indígenas e potencialmente rico para ser ocupado pela comarca de Curitiba. Natural de Piumhi (MG), Lopes descendia de uma família de posseiros assentados na região de Franca, estrategicamente localizada na “boca do sertão”. Entre 1829 e 1839, concluíra explorações para particulares e para o governo do Mato Grosso que resultou na implantação de Santana

¹⁶ Seus cargos e títulos honoríficos incluíam os de Chefe de Legião e Comandante Superior da Guarda Nacional, Veador Honorário de Sua Majestades, a Imperatriz, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, grande Dignitário da 1ª Ordem da Rosa, Oficial da 1ª Ordem do Cruzeiro, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (In: VASCONCELLOS, Smith de. *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 48).

¹⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. *O barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

¹⁸ BORGES, 2014, p. 347.

do Paranaíba¹⁹, então em terras legalmente goianas²⁰, na abertura de estradas e no assentamento de diversas fazendas de criação de gado no sudeste de Mato Grosso e no sudoeste de Goiás. Em 1844, contava com 40 anos de idade e 25 anos de experiência em explorações nos sertões do interior. Seu nome certamente era conhecido entre os tropeiros, fazendeiros e negociantes de gado que percorriam os itinerários entre Cuiabá e o litoral paulista. Conhecia os diversos grupos indígenas assentados na região entre os rios Tibagi e Paranapanema desde a década de 1820, quando percorreu o sertão do rio Verde e recorreu a eles para trabalhar “na construção de casas e na limpeza de roças”.²¹

Para registrar os locais e cartografar os resultados, Silva Machado contratou o desenhista norte-americano John Henry Elliott. Natural da Filadélfia em 1809, cidade do estado norte-americano da Pensilvânia, filho de pai americano e mãe inglesa. Em 1823, iniciou carreira na Marinha dos Estados Unidos e, dois anos depois, decidiu vir para o Brasil, alistando-se na Marinha no Rio de Janeiro. Envolveu-se na Campanha da Cisplatina e, após o término dos conflitos, em 1828, retornou para o Rio de Janeiro, onde permaneceu durante a década de 1830 e início de 1840, quando decidiu estabelecer-se na região da comarca de Curitiba, criada em 1811. Possuía conhecimentos de topografia e cartografia, além de habilidades de desenho que o tornaram útil ao barão para a medição de áreas, demarcação de terras²² e registro das aberturas de caminhos.²³ Com uma cartografia mais referenciada, e não somente com relatórios e descrições textuais, as rotas estabelecidas poderiam certamente ser mais facilmente divulgadas. É plausível também deduzir que a presença de um cartógrafo com formação militar da estirpe de Elliott adiantasse os relatórios, o que seria em alguma medida produtiva na empreitada sob a liderança operacional de Francisco Lopes.

Apesar de corresponder aos objetivos do contratante, os motivos da adesão de Elliott às explorações não são explícitos. De acordo com o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither - que o conheceu idoso em 1872, assentado em terras no Aldeamento de São

¹⁹ Atualmente Paranaíba, município do Mato Grosso do Sul.

²⁰ A capitania de Goiás, separada de São Paulo em 1744, teve os limites “precisados” em 1748. Dom Marcos de Noronha, tão logo chegou em Goiás para assumir o governo, se ocupou da definição das fronteiras. Nas palavras de Silva e Souza: “separando-a de Minas Gerais pelo ribeirão dos Arrependidos, de S. Paulo pelo Rio Grande e de Cuiabá pelo Rio das Mortes”²⁰ (In: SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. *Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*. Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 449. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignacio da Silva. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asousa-1849-memoria/sousa_1849_memoria.pdf. Acesso em: 5 ago 2024).

²¹ AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1845-1855)*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 54.

²² CARNEIRO, David Antonio da Silva. *John Henry Elliott e Outros Pioneiros Americanos no Paraná*. Curitiba: Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba e Editora Educa/PUC-PR, 1987.

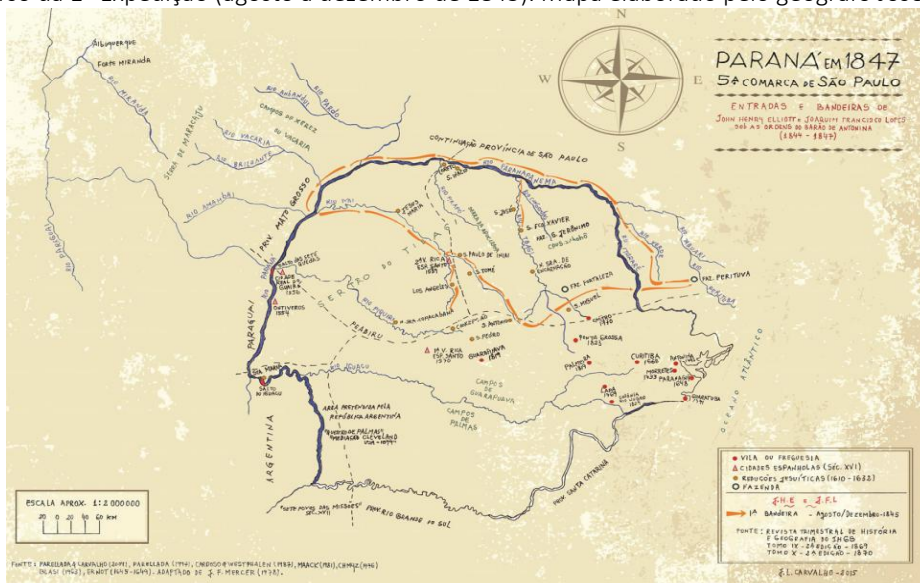
²³ CARVALHO, José Luiz de. *Terra à vista: a obra do viajante-artista John Henry Elliott e a formação da Província do Paraná no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 2018, p. 293.

Jerônimo²⁴ - ele foi movido pela curiosidade de “dar uma olhada” no que havia atrás da grande cordilheira que isolava o interior do litoral no sul do Brasil²⁵: desejo de aventura e ambições pessoais que poderiam resultar em seu interesse pelo sertão. Para ele, de maneira similar a muitos aventureiros de sua época, o sertão era um objeto de desejo, nebuloso, enigmático, perigoso, mas feericamente atraente.

As expedições em direção à Cuiabá e ao sul da província de Mato Grosso

Municiados com as informações básicas reunidas pelo barão de Antonina e após a conclusão dos preparativos com as embarcações e os mantimentos, em agosto de 1845, uma primeira bandeira com dezenove pessoas partiu da fazenda de Perituva, propriedade do barão, rumo ao sertão. A intenção declarada era localizar e identificar os locais das extintas reduções jesuítas de São Xavier, Santo Inácio e Loreto, descer o Paranapanema e o Paraná para, daí, subir o rio Ivaí até seu encontro com a foz do rio Teresa no Ivaí e seguir por uma picada, aberta por ordens do barão de Antonina, em direção à vila de Castro e ao Caminho de Sorocaba. O trajeto equivalia, aproximadamente, a um arco de “duzentas léguas”²⁶ que percorria, em sua maior parte, a comarca de Curitiba (Figura 2).

Figura 2 – Percurso da 1ª Expedição (agosto a dezembro de 1845). Mapa elaborado pelo geógrafo José Luiz de Carvalho.



Fonte: CARVALHO, 2018, p. 141.

²⁴ Atualmente, São Jerônimo da Serra.

²⁵ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in South Brazil. Three Years of forest and Prairie life in the Province of Paraná*. Londres: John Murray, 1878, p. 261. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518708>. Acesso em: 08 set. 2023.

²⁶ ELLIOTT, 1848, p. 153-177.

A estratégia adotada por Joaquim Francisco Lopes correspondia à realização de avanços por meio de aproximações sucessivas: estabelecer uma base em um ponto referenciado; fazer incursões menores de reconhecimento nas imediações; estabelecer contato com a população indígena, se possível, e obter informações; confirmar a orientação pelos pontos cardeais e manter os recursos para, daí, seguir adiante. Caso o avanço por terra fosse impossível devido às “macegas”, moitas intransponíveis e cipoais, a solução era atear fogo para abrir caminho.²⁷

No relato da expedição em 1845, é perceptível que os exploradores não tinham clareza do número ou da etnia dos grupos indígenas que encontrariam no percurso. Além da aldeia próxima à fazenda de Perituva, à margem esquerda do Rio Verde, a expedição seguiu encontrando vestígios, restos de fogueiras e utensílios abandonados. A partir dos fragmentos, julgaram que fossem Coroados, em circulação devido às expedições nômades de caça. Em 19 de novembro, conseguiu estabelecer contato com o grupo de nativos. Os indígenas não perceberam a aproximação do grupo e só se deram conta quando Joaquim Francisco Lopes surgiu repentinamente diante deles, assustando-os. Após acalmá-los, o sertanista repetiu o *modus operandi* consolidado pelos ancestrais: por meio de presentes e ferramentas, conquistar a confiança dos indígenas e obter informações. Ao contrário da violência característica e marca registrada de diversos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII e das ordens reais vigentes até o tempo de dom João VI e depois, o sertanista instituiu uma política de laços de amizade. Naquele momento, não foi possível estabelecer uma comunicação, obter as melhores posições dos alojamentos e “dos lugares das extintas reduções dos jesuítas, principal fim de nossa derrota.”²⁸

Em agosto de 1846, uma segunda bandeira partiu da fazenda Monte Alegre²⁹ em direção ao sertão a oeste. A expedição desceu o rio Tibagi e explorou a “célebre” serra de Apucarana cujo cume parecia inacessível, percorrendo o escarpado por vários dias até que as condições meteorológicas permitiram um vislumbre de toda a região. No relato da expedição, John Henry Elliott reportou que após a transposição de matas cerradas e terrenos difíceis, o grupo chegou ao ribeirão da Farinha, distante seis léguas do rio Tibagi, e avistou

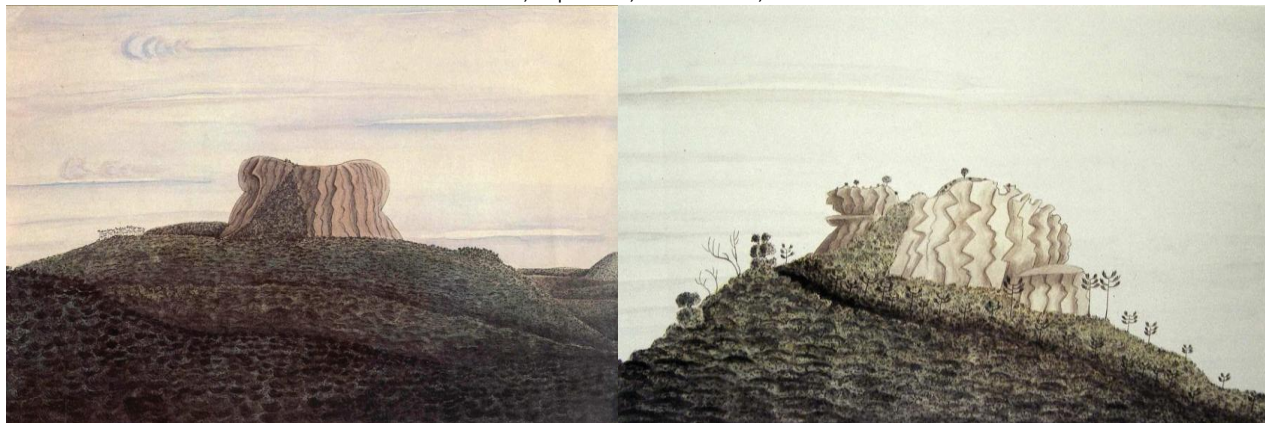
²⁷ Essa prática era generalizada para a “limpeza” de terrenos com vegetação fechada. Devido a isso, grupos indígenas também praticavam queimadas controladas, de modo que os sinais de fumaça resultavam no estabelecimento de um tipo de comunicação visual reconhecível a grandes distâncias, o que servia como marco visual de distâncias.

²⁸ ELLIOTT, 1847, p. 36.

²⁹ Propriedade de Manoel Inácio do Canto e Silva, neto do fazendeiro José Félix da Silva Passos e um dos principais interessados na consolidação de novos caminhos para o escoamento da produção local, com o objetivo de identificar um local para o estabelecimento de uma base de apoio. Desde 1812, a região fora ocupada por posseiros e, entre eles, José Félix, que recebera a patente de tenente coronel de milícias para que descobrisse as riquezas do rio Tibagi e seus afluentes. A descoberta de pedras preciosas representou tanto o enriquecimento do grupo de aventureiros quanto a consolidação de latifúndios na extremidade oriental do território dos grupos Kaingang, o que serviria de base para o avanço da frente pioneira que se instalava.

a serra que era um dos objetivos da missão. A partir das observações daquele ponto da exploração, Elliot produziria os primeiros registros iconográficos daquele território (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 - ELLIOT, Jonh Henry. Serra de Apucarana vista na distância de 2 ½ léguas, ficando O.N.O. Província do Paraná, aquarela, 51 x 70 cm, 1846 e Serra da Apucarana vista na distância de meia légua ficando N.O.O. Província do Paraná, aquarela, 51 x 70 cm, 1846.



Fonte: BARBOSA, Antunha; CHAMORRO, Graciela; LANGER, Protassio Paulo (Org). O sertão e suas veredas. Fontes para a história indígena do antigo sul de Mato Grosso e regiões adjacentes (1829-1871). São Leopoldo: Oikos, 2024, p. 317 e p. 322.

O terreno difícil, a equipe reduzida e a escassez de mantimentos representavam obstáculos intransponíveis e o grupo retrocedeu. Depois de cinquenta e quatro dias voltou a Monte Alegre cômico da possibilidade do trajeto além da serra de Apucarana: identificou campinas “inteiramente desconhecidas” e Joaquim Francisco Lopes concluiu que o Tibagi devia ser navegável a jusante, abaixo da campina Inhoô³⁰. Fazia-se necessária outra expedição para averiguar se essas campinas eram suficientes para estabelecer um depósito de ferramentas e mantimentos, acomodar algum gado e proporcionar pastagem para sustentar as tropas carregadas com mantimentos.

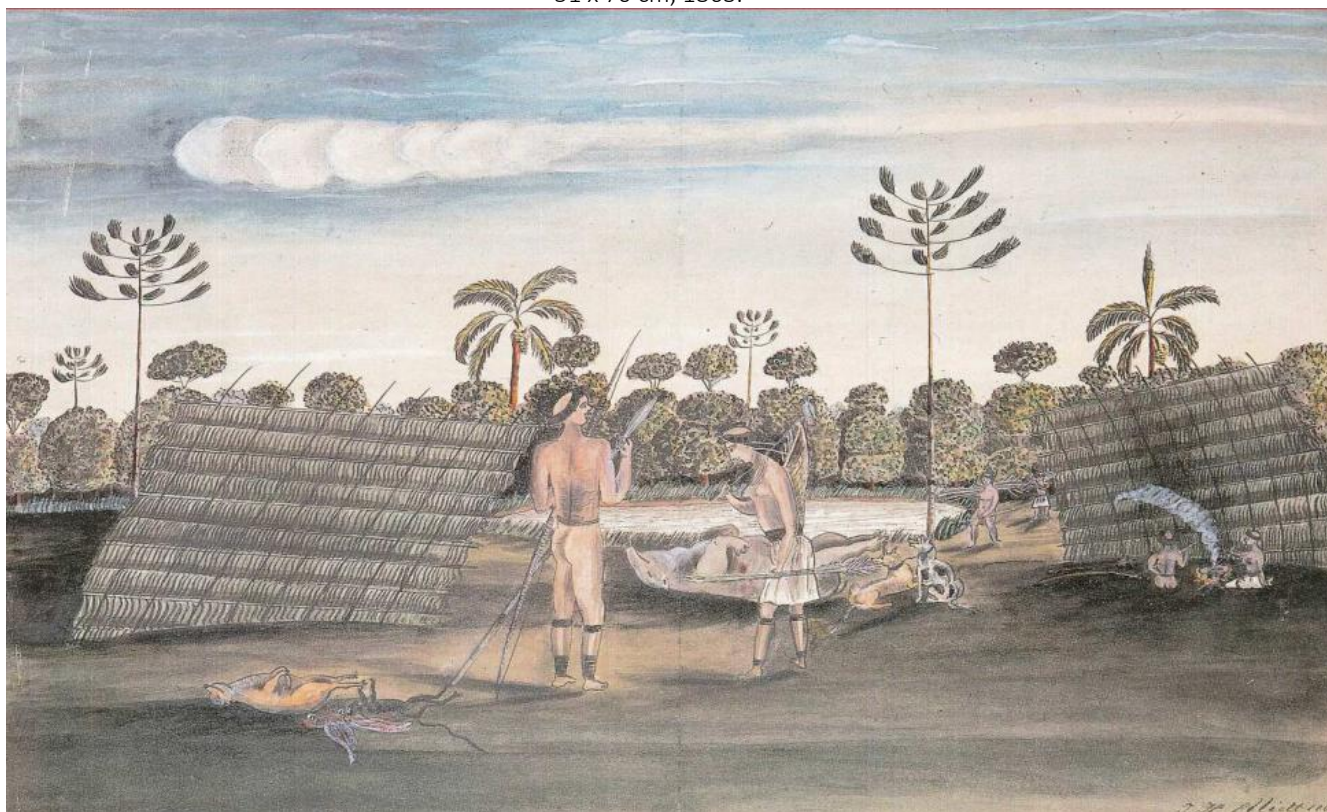
Uma terceira expedição, em outubro de 1846, composta por trinta pessoas, tendo à frente Francisco Lopes, Elliott e Luís Pereira de Campos Vergueiro, genro do barão de Antonina, partiu para os Campos do Inhoô.³¹ Após quase um mês de penetração no sertão por meio da abertura de um “picadão”, em 20 de novembro o grupo alcançou o local dos

³⁰ Também chamados de Santa Bárbara, esses campos eram os campos do Inhoó, cacique dos grupos Kaingang que dominavam aquela porção territorial na época da ocupação capitaneada pelo barão de Antonina.

³¹ A esse respeito, Elliot relatou que: “O campo do Inhoô ou (pelo nome mais moderno) de Santa Barbara, situado sobre a margem ocidental do rio Tibagi, vinte e sete léguas N. O. da vila de Castro, foi descoberto ha muitos anos pelo falecido tenente coronel João Felix da Silva, pai da proprietária atual da fazenda da Fortaleza Sra. D. Anna Luiza da Silva, que se contentava de mandar de anos a anos fazer um ligeiro pique de facão para queimar unicamente. Oito anos antes da nossa entrada o Sr. Manoel Ignacio do Canto Silva, neto do sobredito coronel, tinha mandado abrir um pique que admitia cargueiros, e n’esta ocasião tornaram a queimar o campo, mas por causa de ser pequeno (tendo apenas uma légua de comprimento e menos de uma de largura, dependente de atravessar nove léguas de sertão inculto), deu-lhe pouca importância” (ELLIOT, 1848, p. 157).

campos. Em seguida, fez queimadas para limpar o terreno e plantar roças, e viu que os indígenas responderam com fogos à distância: dois ao norte, distantes seis a oito léguas, um a quatro léguas a nordeste. No relato da expedição, Elliot destacou que, após o barão analisar os dados coletados e o itinerário proposto, determinou fazer naquele local “o ponto das operações que tinha encetado para descobrir a via de comunicação com a cidade de Cuiabá”³². Após o reconhecimento do terreno e a demarcação dos campos limítrofes, a expedição demarcou, em nome do barão, terras que formariam uma grande propriedade, a fazenda de São Jerônimo, que converter-se-ia em entreposto comercial entre o Porto do Jataí, a ser construído no rio Tibagi para a vila de Castro. Esses campos eram ocupados por populações de diversos grupos indígenas denominados, de maneira indistinta “Coroados” e seriam esses que, posteriormente, seriam os primeiros a serem confinados no aldeamento de São Jerônimo (Figura 5). Por meio da Figura 6, é possível referenciar o percurso da 2ª e 3ª expedição e constatar graficamente a prática de avanços sucessivos a partir da base de apoio sediada na fazenda de Perituva.

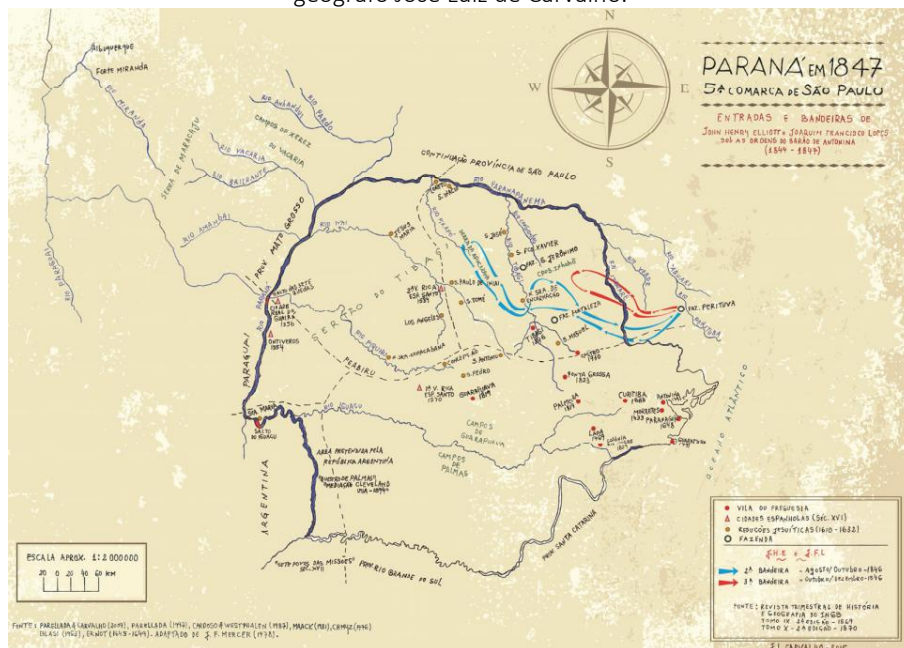
Figura 5— ELLIOT, Jonh Henry. Índios Cain-gangue (ou Coroados) em correria de caçada, província do Paraná, aquarela, 51 x 70 cm, 1863.



Fonte: BARBOSA; CHAMORRO; LANGER, op. cit., p. 311.

³² ELLIOT, 1848, p. 157.

Figura 6 – Percurso da 2ª e da 3ª Expedição (agosto/outubro e outubro/dezembro de 1846). Mapa elaborado pelo geógrafo José Luiz de Carvalho.

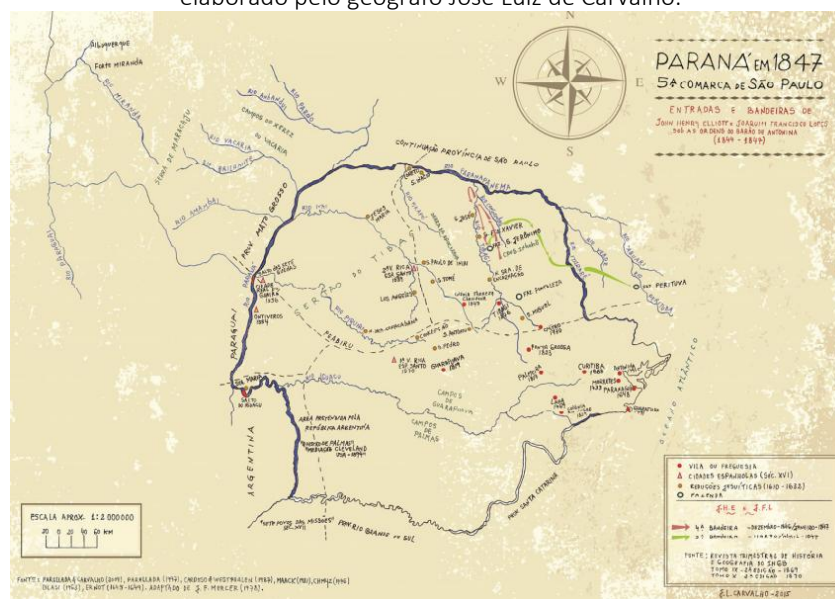


Fonte: CARVALHO, 2018, p. 152.

Em 16 de dezembro, aquela que seria a quarta entrada partiu dos campos do Inhohô pelo ribeirão Santa Bárbara e seguiu o divisor de águas dos rios Congonhas e Tibagi (Figura 7). Depois de vinte e cinco dias, Joaquim Francisco Lopes fez regressar a expedição convicto de que o trecho entre o rio São Jerônimo e a foz do Tibagi era um local perfeito para a implantação de uma estrada. Observou que o terreno alto, parecia pouco sujeito a erosões ou alagamentos, sendo assim, extremamente vantajoso. Os campos de São Jerônimo logo despertaram o interesse de outros posseiros, que chegaram a fazer algumas explorações. O encontro com “mato forte” impediu a continuidade e forçou o retorno. De acordo com o próprio *John Henry Elliott*, as privações e perigos da vida de sertanista “tinham intimidado de tal maneira a gente que nos havia acompanhado, que não foi possível arranjar camaradas suficientes para esta quinta entrada; com dificuldades achamos dois companheiros.”³³ Em 15 de março de 1847, uma pequena expedição partiu de São Jerônimo em direção à região onde os fogos foram avistados na exploração de novembro do ano anterior. O objetivo era examinar os terrenos adiante e a avaliar possibilidade de prosseguir com a expedição naquela direção. Em 10 de abril, Francisco Lopes retornou para a fazenda de Perituva para reabastecimento e reorganização. Esta seria a quinta expedição que, apesar de um percurso menor, serviu para reconhecer os limites do terreno e identificar locais para a implantação de estradas (Figura 7).

³³ ELLIOTT, 1848, p. 159.

Figura 7 – Percurso da 4ª e da 5ª Expedição (dezembro de 1846 a janeiro de 1847 e março a abril de 1847). Mapa elaborado pelo geógrafo José Luiz de Carvalho.



Fonte: CARVALHO, 2018, p. 163.

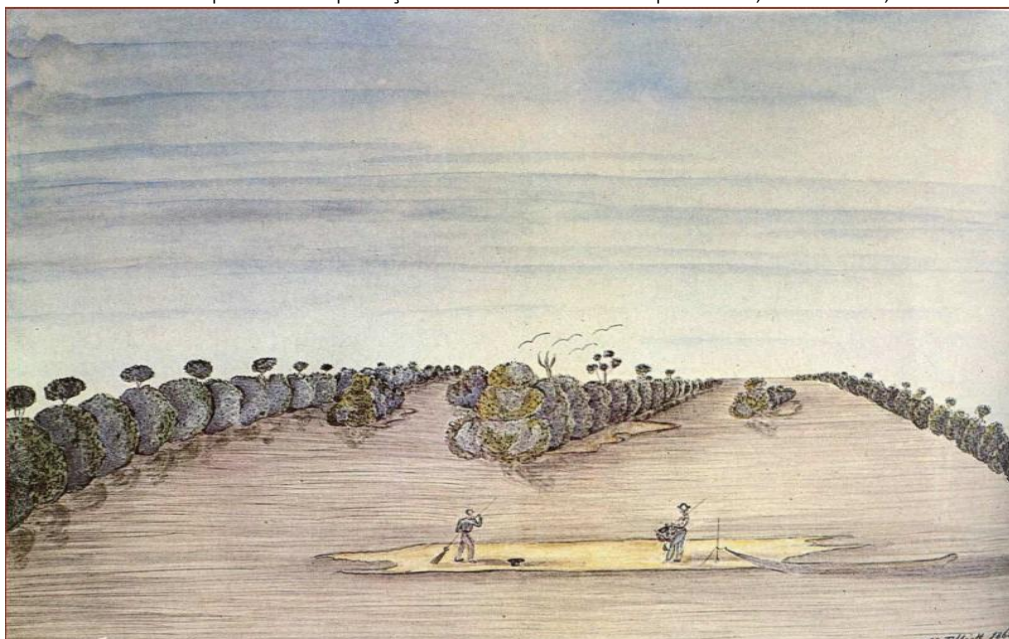
Até 1847, por meio das várias entradas e investigações diversas, as expedições não foram capazes de alcançar o Mato Grosso. Além das dificuldades logísticas e dos obstáculos naturais, a grande maioria dos envolvidos, exceto o barão de Antonina, parecia não acreditar na possibilidade da realização do trajeto. O próprio John Henry Elliott salientou que o contratante não recuava diante de obstáculos, não poupava despesas e indagava: “que remédio senão avançar?” Diante disto, um pequeno grupo - formado por Joaquim Francisco Lopes, John Henry Elliott e três ajudantes – embarcou, no dia 14 de junho, a cerca de uma légua abaixo da “campina do Inhohô”, em direção ao rio Paranapanema.

Essa seria a sexta expedição para estabelecer o caminho idealizado pelo barão. Seria também a mais longa, mais demorada e a penúltima expedição da missão contratada pelo barão de Antonina. Sem sair do curso do rio Paranapanema, entre os dias 5 a 7 de julho de 1847, a expedição alcançou a região da foz do rio Pirapó, e John Henry Elliott registrou que “ali houve em outro tempo a redução de Nossa Senhora do Loreto que foi abandonada em 1631”³⁴. Três dias depois, e após percorrer cerca de seis léguas abaixo da foz do rio Pirapó no Paranapanema, Elliot identificou que a presença de “gaivotas, colhereiros e outros pássaros aquáticos, nos anunciou a aproximação do [rio] Paraná”³⁵. Deste ponto, a partir das anotações, o artista-viajante reproduziria iconograficamente, o ponto de vista do encontro dos dois grandes rios (Figura 8).

³⁴ ELLIOTT, 1848, p. 163.

³⁵ Idem, p. 163.

Figura 8 – ELLIOT, Jonh Henry. Vista no rio Paraná, tirada da ponta superior da Ilha da Meia Lua, pouco acima da barra do rio Paranapanema. Exploração de 1847. Desenho aquarelado, 51 x 70 cm, 1863.



Fonte: BARBOSA; CHAMORRO; LANGER, op. cit., p. 318.

Em 13 de agosto, o grupo avistou novamente fumaça, seguiu a trilha por uma légua e encontrou um grupo de indígenas. Os nativos, tal como acontecera em 1845, não perceberam a aproximação da expedição. Quando Joaquim Francisco Lopes apareceu, estes, dando gritos de terror, correram. O grupo deteve uma mulher e algumas crianças, procurando demonstrar suas intenções pacíficas. Evidentemente que a “brandura” no contato e no “trato” com os indígenas era apenas uma ferramenta para que, uma vez garantida a paz, fosse possível estabelecer aldeamentos, como de fato ocorreu. Sem beligerância e reações, naturalmente, seria mais fácil conduzir uma política de ocupações de terra e abertura de estradas através dos territórios indígenas. Ao longo das explorações, o grupo estabeleceu contato com indígenas de diversas etnias, registrou suas localizações e anotou suas características e reações. O objetivo era claro: determinar em que medida estavam propensos ao contato para facilitar a implementação de aldeamentos.

Em 25 de agosto, a expedição chegou na fazenda Campo Alegre³⁶, propriedade de Francisco Gonçalves Barbosa.³⁷ Joaquim Francisco Lopes portava um ofício do barão de

³⁶ A fazenda era vizinha à propriedade de Gabriel Francisco Lopes, um dos irmãos do sertanista Joaquim Francisco Lopes, que se instalou nas beiras do rio Apa, próximo ao Forte de São José na divisa com o Paraguai. Seu outro irmão – José Francisco Lopes – assentou fazenda em terras mato-grossenses em área vizinha ao Paraguai e, por ser também conhecedor do sertão, serviu de guia ao Exército Brasileiro durante a Guerra envolvendo a Tríplice Aliança e o Paraguai. Era o guia Lopes a que se refere Alfredo d’Escagnolle Taunay no célebre romance *A retirada da Laguna*, publicado em 1872.

³⁷ O fazendeiro era parente dos irmãos Antônio e Inácio Gonçalves Barbosa, que participaram com Joaquim Francisco Lopes e os irmãos Garcia da expedição ao sertão do rio Paranaíba em 1831.³⁷ A família de Inácio Gonçalves Barbosa estabeleceu posses de terra e demarcado fazendas a partir da região do rio Pardo e, em 1835, alcançado os Campos da Vacaria. Com a chegada dos outros irmãos e suas famílias, a partir de 1842, o processo de ocupação da zona da Vacaria,

Antonina destinado ao major João José Gomes, então comandante do Forte de Miranda e, para entregá-lo, seguiu até sua fazenda, Forquilha, nas imediações da confluência dos rios Nioaque e Mondego. O sertanista conhecia o comandante desde 1836 e, sob suas ordens, havia conduzido mantimentos para os residentes em Camapuã. No dia 6 de setembro, entrou no presídio de Miranda³⁸ e observou que as instalações, tanto as moradias quanto a paliçada defensiva, encontravam-se deterioradas e em visível estado de abandono. Depois de Miranda, a expedição desceu o rio Mondego até o povoado de Albuquerque. Durante a estada desta última em Albuquerque, o comandante Gomes recebeu a visita de “vinte índios da tribo Cadiau, pertencente à família Guaicuru”³⁹ que ocupava o vasto território entre o Mondego e o rio Apa e entre a serra de Maracaju e o rio Paraguai. No dia 15, Lopes e Elliott visitaram a aldeia dos indígenas Guaná. Esse trecho do relato de Elliott é revelador do quanto sua visão de mundo era plena de idealizações e referências europeias. Para ele, os nativos, adornados com flores e enfeites, lembravam os habitantes da antiga Grécia, em Chipre, com as ninfas de “Vênus quando iam buscar águas às fontes da Idália”⁴⁰.

A expedição, tão logo concluiu o contato com o comandante Gomes, tratou de regressar: a 18 de setembro embarcou no rio Vacaria nas imediações da fazenda de Francisco Gonçalves Barbosa, que, com mais quatro homens, somou-se à viagem. No final de outubro entrou nas águas do rio Paranapanema, no dia 10 de novembro no Tibagi e, no dia 11, alcançou a barra do ribeirão das Congonhas. O local foi escolhido para ser porto de embarque do caminho terrestre a ser estabelecido entre a vila de Antonina e Cuiabá. No dia 27 de dezembro, seis meses e treze dias após a partida, os exploradores retornaram para a base sediada na fazenda de Perituva. A partir daí, o antigo território Kaingang localizado a leste do rio Tibagi seria transformado em um entreposto comercial, ponto de apoio na rota no caminho comercial para Mato Grosso e para as fazendas implantadas na área pelo barão de Antonina. A expedição, após alcançar Albuquerque, iniciou os preparativos para a viagem de retorno. A partir de Albuquerque, a ligação com Cuiabá era conhecida e, portanto, ao que parece, Joaquim Francisco Lopes julgou desnecessário prosseguir com a expedição até Cuiabá (Figura 9). Em Perituva, Francisco Lopes certificou ao barão que o trajeto entre a vila de Antonina e Cuiabá era não só possível, como possuía incalculáveis vantagens para o estabelecimento de uma via de comunicação efetiva, fluvial e terrestre, até o Paraguai. O

da Serra de Maracaju e o Planalto de Amambá consolidou-se (In: PEDROSA, Ledir Marques. *Origem Histórica e Bravura dos Barbosas*. Campo Grande, 1986).

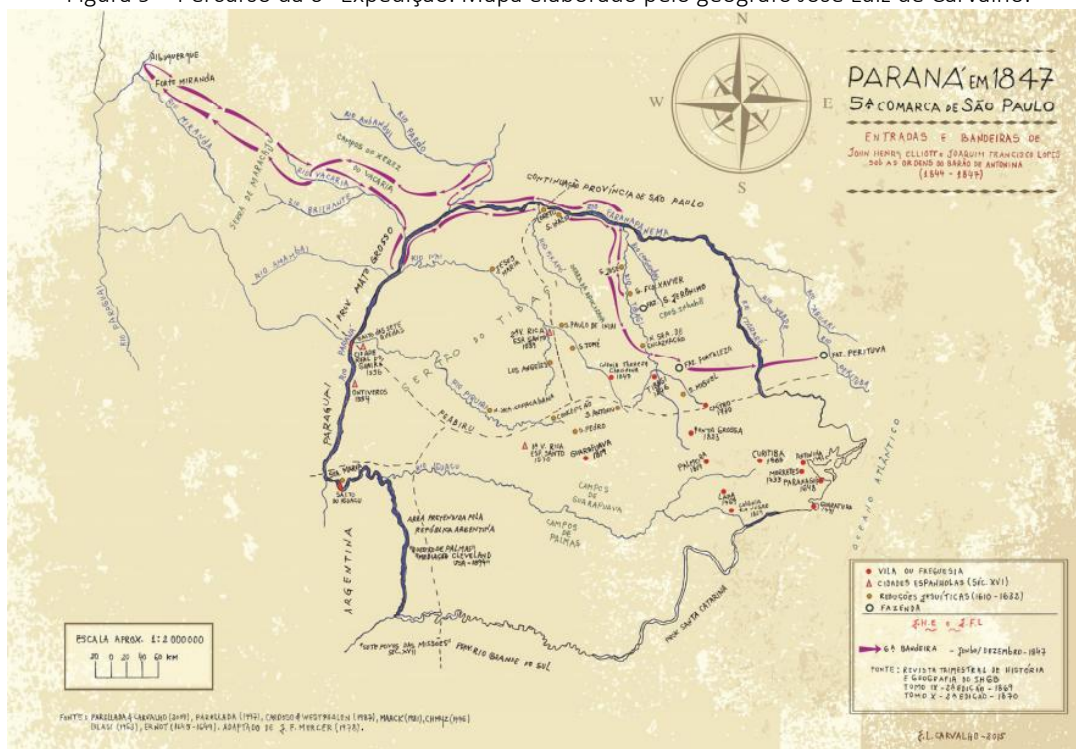
³⁸ Fundado em 1797 por Francisco Rodrigues do Prado com o objetivo de impedir a passagem dos espanhóis e combater os indígenas Guaicurus.

³⁹ ELLIOTT, 1848, p. 169.

⁴⁰ Idem, p. 171.

sertanista conseguiu atender à solicitação – o sertão do Guairá foi “redescoberto” – e encontrado um traçado viável para a implantação de uma estrada.

Figura 9 – Percurso da 6ª Expedição. Mapa elaborado pelo geógrafo José Luiz de Carvalho.



Fonte: CARVALHO, 2018, p. 163.

As seis expedições anteriores percorreram as partes mais complicadas e difíceis do itinerário idealizado por Joaquim Francisco Lopes. Entretanto, faltava alcançar o sul de Mato Grosso. Para resolver essa questão, em 3 de agosto de 1848, aquela que seria a sétima e última expedição embarcou no ribeirão das Congonhas. Até então, as expedições estavam custeadas pelo barão de Antonina, mas essa seguiu financiada pelo governo imperial. A missão, composta por 17 pessoas incluía, além de Francisco Lopes e John Elliott, os fazendeiros Antônio Felipe, Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares, José Maria de Miranda e sua equipe que, no ano anterior, acompanharam Joaquim Francisco Lopes e que aproveitavam para retornar para Mato Grosso. A comitiva parou na foz do Pirapó no Paranapanema para reorganizar as cargas e iniciar as explorações. Francisco Lopes estava ainda interessado em localizar as ruínas da redução jesuíta de Nossa Senhora do Loreto. Não conseguiu encontrar o local e o grupo se dividiu. Uma pequena comitiva, formado por Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares, José Maria de Miranda, prosseguiu à frente, em direção ao rio da Vacaria e outro grupo, liderado por Francisco Lopes partiu pelo rio Pirapó à procura das ruínas da redução de Nossa Senhora do Loreto, abandonada pelos jesuítas em 1631. Não encontraram o local e decidiram prosseguir.

No dia 12 de agosto, Francisco Lopes seguiu até o rio Paraná, entrou na foz do rio Samambaia até o rio Ivinhema, onde encontrou “pouso de índios”. Reconheceu serem indígenas Caiuás, da nação Guarani. Seguiu a trilha e não tardou a encontrar com o grupo chefiado pelo cacique Libânio. Eles não se conheciam, mas Francisco Lopes já esperava esse encontro pois fora instruído pelo barão de Antonina a respeito da existência desse líder nativo e de sua forte influência sobre os diversos grupos de indígenas da região. Seis anos mais tarde, em relatório publicado na Revista do IHGB, Elliott esclareceu que o nome indígena de Libânio era Linguajurú e que o contato com o barão de Antonina datava de 1841 e fora estabelecido por iniciativa do cacique. Portanto, antes da expedição para Cuiabá.⁴¹ Linguajurú enviara seu filho – Iguajú – em uma comitiva até o barão de Antonina – nomeado de “Pahy Guassú” – a fim de averiguar se eram procedentes as informações correntes do estabelecimento das ocupações no vale do rio Tibagi.

De todos os encontros entre Francisco Lopes e os indígenas, esse parece ter sido o mais notável. Estabeleceu laços, entre o sertanista e o cacique, que seriam fundamentais para as negociações responsáveis por conduzir posteriormente diversos grupos – Guarani e Kaiowa – a aceitarem emigrar do sul do Mato Grosso para aldeamentos concebidos pelo barão de Antonina em São Paulo e no Paraná. Ao cacique, o sertanista explicou quem era o responsável pela expedição e quais eram as intenções do barão de Antonina.

De Linguajurú, Francisco Lopes teve impressões positivas, ainda que idealizadas. Observou que ele era alto e atlético, possuía uma fisionomia insinuante e demonstrava franqueza, magnanimidade, tino e raciocínio. Viera em tenra idade do lado paraguaio, e seus valores de prudência e valentia elevaram-no àquele posto de liderança entre seus pares. Além daquela aldeia com cerca de quatro mil pessoas, Linguajurú liderava sete outros chefes de diferentes aldeias. No dia seguinte o sertanista tomou conhecimento que Francisco Gonçalves Barbosa e seus companheiros tinham passado por aquele ponto do rio e seguido viagem acompanhados por três indígenas, contratados como ajudantes. Para Francisco Lopes, o grupo de Francisco Gonçalves Barbosa deixou um recado entalhado em um tronco de árvore: “Sr. Lopes – Daqui levo três índios – F. Barbosa.” Os fazendeiros estavam adiantados e sabiam que o sertanista haveria de chegar àquela localidade. Dias depois, a comitiva prosseguiu viagem e, em 20 de novembro, chegou na foz do rio Vacaria. Lá, encontrou os corpos dos fazendeiros Francisco Barbosa, Paulo Soares, José Miranda, mutilados e em avançado estado de decomposição. Depois de sepulta-los, a comitiva prosseguiu e, a 6 de janeiro de 1849, chegou em Miranda.

⁴¹ ELLIOT, 1856, p. 436.

Enquanto esteve em Miranda, de acordo com o pesquisador Hildebrando Campestrini em notas às expedições de Francisco Lopes,⁴² por meio de Luís Pedroso Duarte, morador de Miranda, Joaquim Francisco Lopes realizou diversos negócios, simulou outros e forjou diversas escrituras. O resultado foi a criação de um simulacro de registro de posses e a criação de nove grandes propriedades, com milhares de alqueires nas melhores partes dos “campos de criar”, do sul de Mato Grosso. Além disso, prosseguiu com a demarcação de portos e embarcadouros, reconhecimento da rede de caminhos navegáveis e com a demarcação das propriedades negociadas. Em agosto, iniciou a viagem de retorno, acompanhado de uma escolta militar. No dia 17, chegou ao porto da aldeia de Linguajurú e relatou o massacre dos três fazendeiros. Em seguida, exigiu que os responsáveis fossem entregues. O resultado dificilmente teria outro desfecho: o cacique acedeu e ordenou que uma escolta fosse em busca dos acusados – Mani e Taringoá - que foram conduzidos para o presídio em Miranda. O terceiro indígena – Sandu - acusado do crime, fugiu com a família para as imediações do rio Samambaia, afluente do rio Paraná. Após resolver a questão da morte do membro do grupo de Francisco Barbosa, a expedição prosseguiu com a viagem de retorno. Em 3 de setembro de 1848, chegou à fazenda Fortaleza e o sertanista iniciou o relatório com a descrição do itinerário até a região sul de Mato Grosso.⁴³ A missão concebida para encontrar um caminho viável entre a comarca de Curitiba, na então província de São Paulo, e as regiões do Paraguai e Cuiabá estava concluída. Aproveitava-se o antigo caminho pelo rio Ivinhema e seu formador, o rio Brilhante, com varadouro por um dos portos fluviais (provavelmente o Santo Antônio), até o rio Nioaque.

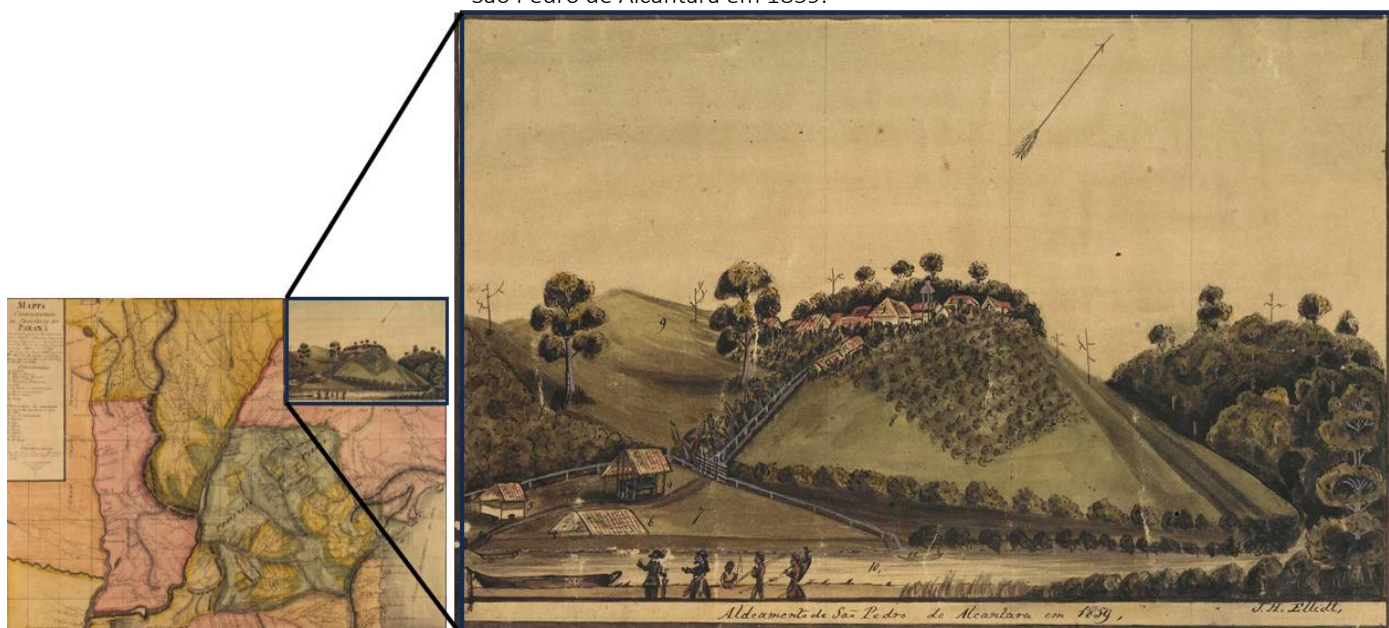
Em 24 de julho de 1852, uma nova missão partiu da fazenda de Perituba com o objetivo de conduzir os indígenas Kaiowá para o aldeamento de São Pedro de Alcântara, implantado nas imediações das ruínas da redução de Loreto de Pirapó, na afluição dos rios Pirapó e Paranapanema e em frente à colônia militar do Jataí. O aldeamento foi registrado em uma gravura elaborada por John Henry Elliott para ilustrar o *Mappa chorographico da provincia do Paranã: incluindo também parte das províncias circunvizinhas, República do Paraguay e Confederação Argentina, augmentado com os ultimos explorações feitos nos Rios Paranã, Amanbahy, Escopil e iguatimy por Lopez e Elliott no anno de 1857*, também de sua autoria. A viagem foi concluída em 21 de novembro com a chegada de um grupo de indígenas Kaiowá na colônia militar do Jataí, do administrador e de uma comitiva enviada pelo governo carregada com ferramentas, armas e “brindes” a serem distribuídos aos indígenas.

⁴² LOPES, 2010, p. 108.

⁴³ LOPES, 1850, p. 315-335.

Elliott representou o aldeamento frontalmente (Figura 10), como se o observador estivesse localizado na colônia militar do jataí, na margem oposta do rio. Em primeiro plano podem ser identificados um militar, um frade capuchinho e indígenas na margem direita do rio Tibagi. No segundo plano podem ser identificados equipamentos de trabalho, como a olaria, o forno, o piquete para animais e o engenho. Ao fundo e à direita dos equipamentos de trabalho podemos identificar o cafezal plantado na encosta da colina e, no alto, um conjunto de edificações: a casa do diretor, do administrador e o celeiro. O aldeamento foi representado em outras obras. Por meio da Figura 11, por exemplo, é possível observar a organização e o planejamento espacial do local: os edifícios implantados no alto da colina, as plantações e as reservas de matas organizadas nas encostas próximas. Em primeiro plano, o artista destacou três figuras humanas: um aldeado, com um remo e um monge capuchinho em conversa com um homem apoiado em um guarda-chuva. Nesse caso, a imaginação do observador pode ser conduzida à tentação de indagar se Elliott teria inserido uma representação de si próprio na paisagem do aldeamento que ajudou a construir.

Figura 10 - Mappa chorographico da provincia do Paranã : incluindo também parte das províncias circunvizinhas, República do Paraguay e Confederação Argentina, augmentado com os ultimos explorações feitos nos Rios Paranã, Amanbaly, Escopil e iguatimy por Lopez e Elliott no anno de 1857 e destaque com a representação do aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1859.



Fonte: Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524785/cart524785.jpg. Acesso em: 12 set 2024.

Figura 11 - ELLIOT, Jonh Henry. *Aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1859*, aquarela, 1859.

Fonte: BARBOSA; CHAMORRO; LANGER, op. cit., p. 306-307.

Desdobramentos, rupturas e continuidades

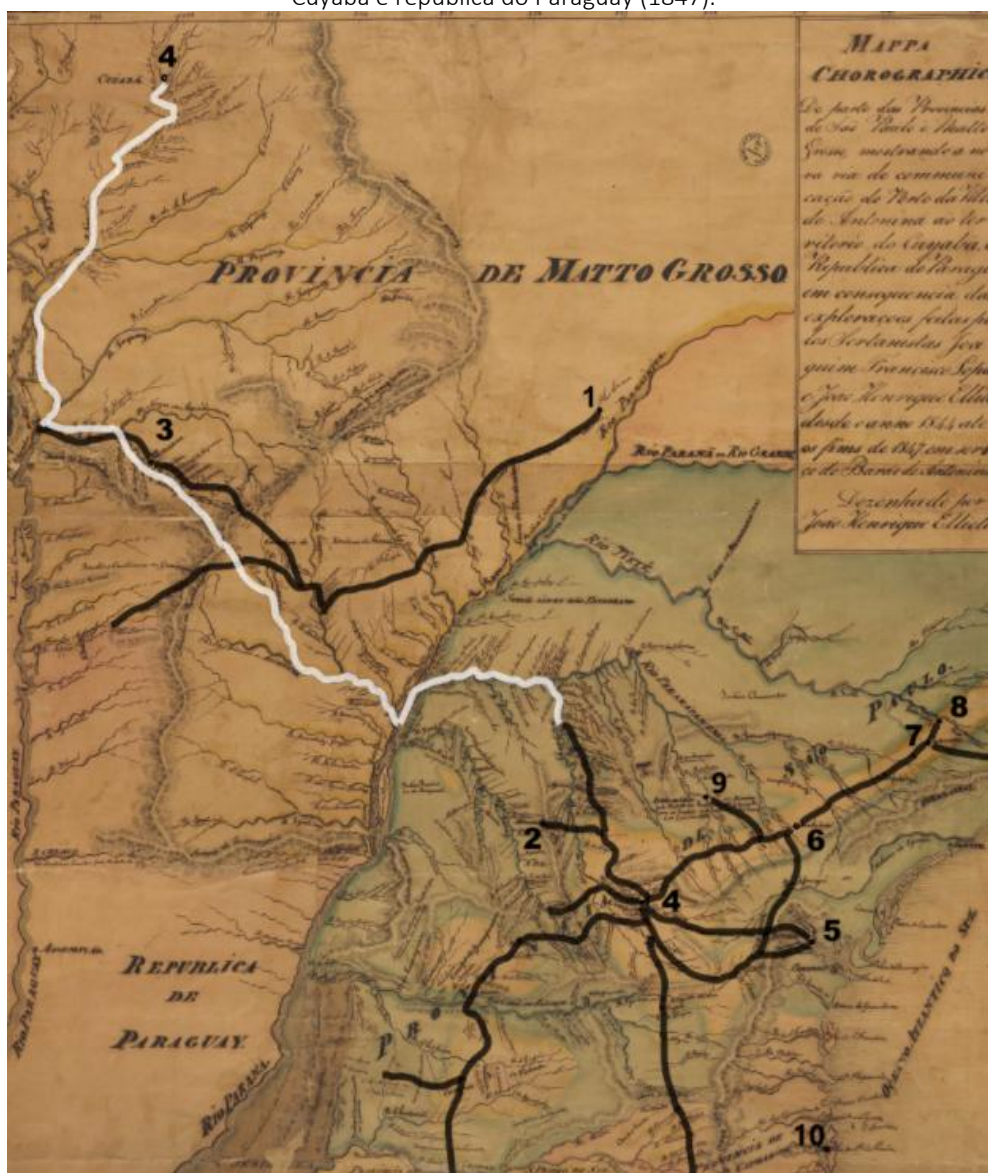
As expedições capitaneadas por Francisco Lopes e registradas por John Elliott entre 1842 e 1852, não foram inofensivas. Ao contrário. De maneira geral podem ser agrupadas em pelo menos três importantes consequências. A primeira delas, foi a constatação de que o roteiro idealizado pelo barão de Antonina e levado a cabo por Joaquim Francisco Lopes era, além de exequível, expressivamente menor que os demais traçados conhecidos até então. De acordo com a contabilização das distâncias feitas por Elliott no final do relatório, comparando-as com as do traçado relatado por Francisco José de Lacerda e Almeida até Cuiabá, o roteiro de Francisco Lopes representava uma economia de 190 léguas de um total de 564, e o desvio da grande maioria das imensas cachoeiras existentes.⁴⁴

A economia da distância no trajeto, em relação aos caminhos existentes na época, não era desprezível e representava uma facilitação significativa para todos os interessados em viagens naquelas direções. O reconhecimento do território também era relevante. Por meio da cartografia produzida John Henry Elliott, por exemplo, o *Mappa Chorographico de parte das provincias de São Paulo e Matto Grosso, mostrando a nova via de comunicação do Porto da Villa Antonina ao territorio do Cuyabá e republica do Paraguay*, datado de 1847, fica claro a rede de caminhos, terrestres e fluviais, articulados principalmente a partir de Castro. Também é possível constatar a precisão do detalhamento da bacia hidrográfica, das povoações, dos caminhos existentes e da localização dos grupos étnicos indígenas. Nessa

⁴⁴ ELLIOT, 1848, p. 177.

rede viária, o principal caminho era pelo rio Ivinhema onde, por um ramal, se chegava ao rio Mondego e Miranda. Daí, era possível chegar aos rios Paraguai e Cuiabá, até a vila de mesmo nome. Além disso, há a representação da existência de novas possibilidades de explorações e conquistas. Entre o Paranapanema e o Tietê, por exemplo, estendia-se o “sertão desconhecido”, ainda a ser explorado: além das ocupações já consolidadas, descortinavam-se inumeráveis possibilidades de explorações no sertão “vazio” (Figura 12).

Figura 12 – Representação esquemática dos caminhos e itinerário sobre Mappa Chorographico de parte das provincias de São Paulo e Matto Grosso, mostrando a nova via de comunicação do Porto da Villa Antonina ao territorio do Cuyabá e republica do Paraguay (1847).



Legenda de percurso: — Caminho fluvial e — Caminho terrestre.

Legenda de locais: 1. Santana do Paranaíba; 2. Apucarana; 3. Miranda; 4. Castro; 5. Vila de Antonina; 6. Faxina; 7. Sorocaba; 8. Porto Feliz; 9. Aldeia de São João e 10. Desterro.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do mapa elaborado por Elliot. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/40514>. Acesso em 12 set 2024.

O maior entusiasta das explorações e do itinerário demarcado por Joaquim Francisco Lopes era, evidentemente, o próprio barão. Tanto que, em 1851, contratou o comerciante Antônio Dias Prestes para transportar cargas de sal e outras mercadorias até o Paraguai e, assim, divulgar o sucesso do novo roteiro: seria a primeira viagem comercial no caminho resultante das expedições iniciadas em 1844. Quando a comitiva de Antônio Dias Prestes chegou aos campos de São Jerônimo, encontrou funcionários do barão estabelecidos em uma fazenda de criação de gado. A existência da fazenda São Jerônimo comprovava o processo de apropriação de terras e de formação de propriedades que seguia a esteira das explorações. Inclusive parte dessa propriedade seria posteriormente repassada, em 17 de junho de 1859, ao governo provincial do Paraná para a fundação do aldeamento de São Jerônimo. A iniciativa do barão mostrava um primeiro resultado com a apropriação das terras “vazias” do Império para seu próprio patrimônio.

Em resultados dos inúmeros percalços, a viagem comercial inaugural de Antônio Dias Prestes foi um desastre. O comerciante, após muito esforço, conseguiu concluir o percurso e alcançou Cuiabá. Entretanto, somente com grande trabalho foi capaz de retornar para a província do Paraná. A rota, de acordo com o relatório produzido por Antônio Prestes, ainda que menor que a anterior, era árdua. As agruras do sertão eram as mesmas. Por isso, o barão de Antonina - o idealizador daquela via de comunicação - era, a seu juízo, um “mestre dos enganos”⁴⁵ por sugerir um caminho tão penoso para viajantes com cargas comerciais.

A segunda consequência das explorações foi o desencadeamento da política de aldeamentos dos grupos indígenas, que resultaria em uma rede de proteção das propriedades do barão, criadas na rota para o Mato Grosso. Eram bases para a expropriação das vastas terras indígenas. A exploração de Francisco Lopes nem acabara e o barão colocou em ação a política de aldeamento com a construção de aldeias para os grupos Kaingang e Kaiowá: São João Batista, em 1847, às margens do rio Verde; São Pedro Alcântara, em 1854, no rio Ivaí e Nossa Senhora do Loreto, em 1855, entre o Paranapanema e o Pirapó. Em 1852, o próprio Elliot deu início aos preparativos para conduzir os indígenas para a colônia militar do Jataí. A estratégia usada foi convencer os caciques de que os grupos sob suas ordens viveriam em melhores condições, protegidos pelo “Pahy Guassu”, que garantiria socorro diante das necessidades e proteção contra os inimigos. Após várias negociações, pressionados pela fome e pelas inundações que assolavam a região naquela estação chuvosa, os indígenas cederam. Em 1857, o governo imperial, por meio do *Regulamento das colônias*

⁴⁵ PRESTES, Antônio Dias Baptista. *Viagem do Capitão Antônio D. Prestes e seu irmão Manoel D. B. Prestes desta província de São Paulo a Cuiabá em 21 de abril de 1851*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v. XXVIII, 1930, p. 795. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-28.pdf>. Acesso em: 12 set 2023.

*indígenas do anno de 1857 - Províncias do Paraná e Mato Grosso*⁴⁶, atendeu integralmente às solicitações do barão, legitimou as colônias já iniciadas e propôs a criação de mais: 8 aldeamentos deveriam ser construídos no roteiro entre o Paraná e o Mato Grosso, 4 no Mato Grosso e 4 no Paraná. A colônia de São Jerônimo foi instalada em 1859. John Henry Elliott elaborou o traçado da urbanização e o projeto das edificações, enquanto Francisco Lopes foi seu primeiro diretor. A partir daí, a disposição governamental de ocupar as terras dos aldeamentos com populações não indígenas ganhou ímpeto.

A terceira consequência da “redescoberta” dos sertões foi a formação de uma verdadeira província particular na região sul de Mato Grosso equivalente a 90.000 km². Resultado das posses e aquisições efetuadas por Joaquim Francisco Lopes em 1849. A partir da Lei de Terras de 1850, da Regulamentação em 1854 e da criação da Repartição Especial de Terras Públicas no Mato Grosso em 1858, o barão estaria legalmente autorizado a usufruir do patrimônio:

Desta forma, em 1858, quando o barão de Antonina, afastando-se da região para ocupar uma cadeira no Senado do Império como representante da recém-criada província do Paraná, colocou à venda algumas de suas propriedades, arrolou uma parte do patrimônio territorial que fora constituído a partir dessas expedições: 3 fazendas de gado em Faxina, Castro e na Campina de São Jerônimo, às margens do rio Tibagi, calculadas em torno de 25 léguas quadradas e 6 sesmarias na área do Baixo Paraguai, de limites e tamanhos desconhecidos, mas que a documentação judicial do século XX calculou em 90 mil km². Posses que englobavam, segundo a mesma documentação, quase todo o sul do Mato Grosso, quase toda a extensão dos municípios de Miranda, Nioac, Aquidauana, Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista, ou, segundo os termos do processo, “toda a região que fica entre o sul da estrada de ferro Noroeste do Brasil e a fronteira do Paraguai”.⁴⁷

Em 1864, a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança interrompeu os planos do barão e redefiniu toda a dinâmica territorial, política, econômica e populacional daquela região do sul do Mato Grosso. A guerra terminou em 1870 e cinco anos depois o barão faleceu, nonagenário. Exceto pela fazenda de Sete Voltas, as terras permaneceram incultas. Em 1901, um dos herdeiros, Antônio Vieira da Costa Machado, requereu ao diretor da Repartição de Terras do Estado de Mato Grosso o registro das posses. Em 1906, elas foram adquiridas pelo político João Abbott diretamente do espólio que, em 1921, vendeu a titularidade dos imóveis, por 200:000\$000 de réis, com a condição de os compradores quitarem os débitos hipotecários assumidos. Em 1922, o espólio executou judicialmente a hipoteca das áreas penhoradas e no ano seguinte o governo de Mato Grosso embargou a execução sob a

⁴⁶ CUNHA, Maria Manuela Lisete Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação, 1808-1889*. São Paulo: Comissão Pro-Índio de São Paulo/Usf, 1992.

⁴⁷ WISSENBACH, op. cit, p. 138.

alegação que as terras eram devolutas.⁴⁸ A questão se arrastou até 1931, quando foi resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo apenas a propriedade Sete Voltas, instalada por um dos filhos do barão em 1856, e já vendida.

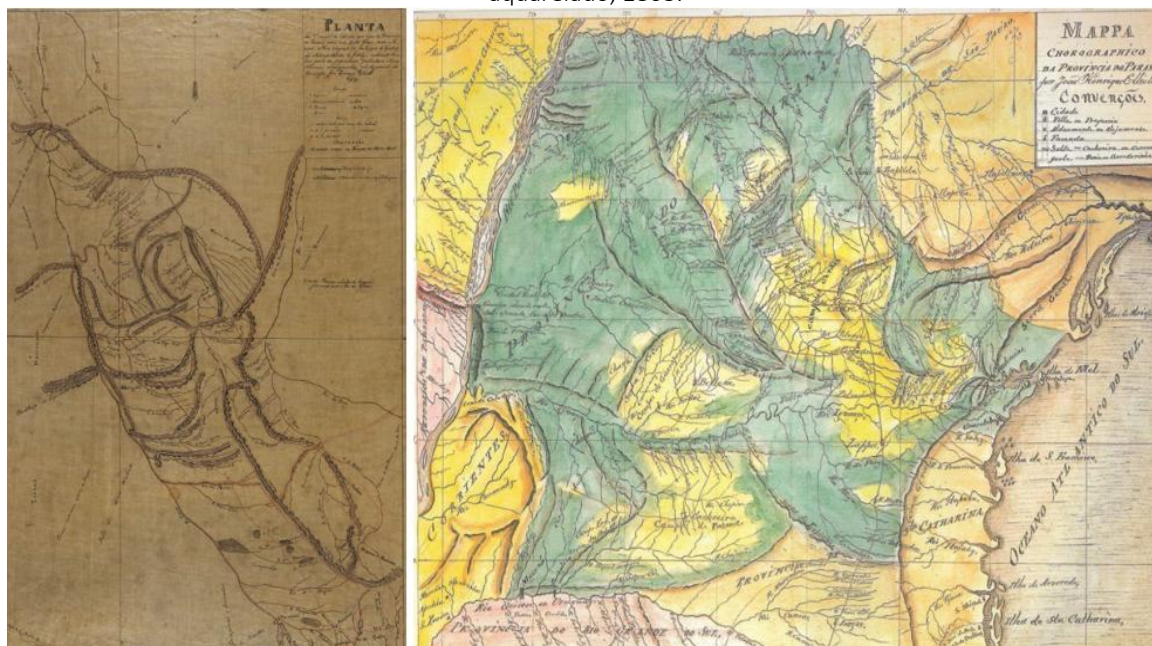
Entre 1859 e 1875, Elliott produziu diversos registros da população indígena e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara (1859), de Nossa Sra. do Loreto (1857) e de São Jerônimo (1863). A partir das informações coletadas nas expedições, também executou cartografias importantes (Figuras 13 e 14). Na *Planta da 1ª secção da estrada que segue da provincia do Paraná para a do Matto Grosso, desde a Fazenda do Vorá... até a Colonia Militar do Jatahy; incluindo também parte das propriedades particulares e terras nacionais circumjacentes*⁴⁹, por exemplo, é possível constatar a rede hidrográfica e a complexa sequência das serras existentes entre o rio da Cinza e o rio Tibagi. O *Mapa Corográfico da Província do Paraná*, datado de 1863, também é um exemplo da produção do artista onde é possível identificar, além do território da província do Paraná, as ligações com as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e com os países vizinhos, Argentina e Paraguai. Em 4 de maio de 1884, o artista faleceu na povoação de Santa Bárbara, em terras demarcadas pela expedição concebida pelo barão de Antonina para explorar aqueles sertões.

⁴⁸ De acordo com os embargos do Estado de Mato Grosso, conduzidos pelo advogado Astolfo Vieira Resende⁴⁸, o sertanista Joaquim Francisco Lopes e o cartógrafo John Henry Elliott foram meros instrumentos para a concretização das desmesuradas ambições do barão. Na ocasião, por exemplo, o fazendeiro Francisco de Matos Pereira, residente em Ponta Porã e uma das testemunhas de acusação arroladas no processo declarou que: “sabe, por intermédio dos mais antigos moradores deste Estado, que no ano de 1848 e 1849, com certeza antes da publicação da lei de terras de 1850, o barão de Antonina, que era então prestigioso, e morava na comarca do Paraná, da província de São Paulo, mandou ao sul deste Estado, como seu emissário, o seu empregado Joaquim Francisco Lopes, a fim de arranjar escritura de compras de grandes extensões de terras. Joaquim Francisco Lopes, a quem o barão de Antonina forneceu vários utensílios para serem distribuídos aos índios, veio ao sul de Mato Grosso em companhia de um estrangeiro de nome ‘fulano de tal Elliot’, piloto ou agrimensor, para arranjar as ditas escrituras. Lopes, em contato, no sul do Estado, com índios, menos bravos já, por terem visto gente civilizada, distribuía entre eles as miudezas trazidas, e indagava deles os nomes dos córregos pouco conhecidos. Além disso, com a sua comitiva bem armada, e prevenida contra os índios, viajou pelos sertões do sul do Estado, tomando nota dos nomes dos rios, córregos e montes. Isto feito, Joaquim Francisco Lopes, conforme as instruções do barão, conversou com os Barbosas de Vacaria, e com outras pessoas, para passarem escrituras das terras compreendidas nos limites dos ditos rios e córregos, nas quais as ditas pessoas se diziam ocupantes das mesmas terras e vende-las ao barão. [...] Antônio Gonçalves Barbosa, possessor da Boa Vista, na Vacaria, também deu escritura de terras no Santa Maria, onde não as ocupava; mas relutou bastante, desconfiado da seriedade do negócio. Sabe-se ainda que os vendedores não receberam nenhum dinheiro pelas escrituras.

Joaquim Francisco Lopes esclarecia tais pessoas, dizendo estar o barão de Antonina autorizado pelo governo imperial para fazer esses negócios. In: RESENDE, Astolfo Vieira de. *O Estado de Mato Grosso e as supostas terras do Barão de Antonina*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2018, p. 102-103.

⁴⁹Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511906/cart511906.jpg. Acesso em: 12 set 2024.

Figuras 13 e 14 - ELLIOT, Jonh Henry. Planta da 1ª secção da estrada que segue da provincia do Paraná para a do Matto Grosso [...], técnica mista sobre papel, 80 x 57 cm, 1870 e Mapa Corográfico da Província do Paraná, desenho aquarelado, 1863.



Fonte: Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511906/cart511906.jpg e Coleção Álbum Cimitile, Mapoteca do Itamaraty, RJ. Foto: José Luiz de Carvalho. In: CARVALHO, 2018, p. 211.

Joaquim Francisco Lopes, após as expedições concluídas em 1852, prosseguiu com o exercício da profissão de sertanista. Entre outros serviços, colaborou para a instalação da colônia militar do Jataí, para o aldeamento de São Pedro de Alcântara e deu continuidade à prestação de serviços de demarcações de terras, aberturas de estradas e explorações encomendadas pelo governo do Paraná. O período final de sua vida foi marcado por dificuldades, miséria e doenças que resultaram na sua morte, em 27 de maio de 1884. Faleceu em sua modesta propriedade nas imediações da colônia militar do Jataí, completamente esquecido e sem ser um abastado proprietário de terras similar àqueles que requisitaram seus serviços no passado. Em nota, o periódico *Dezenove de Dezembro* lamentou o fato⁵⁰ e, ao contabilizar as distâncias percorridas nas expedições durante sua vida, chegou à soma de impressionantes 103.719 Km.⁵¹

O resultado de todos esses empreendimentos, explorações e demarcações de terras contribuiu para a implantação de muitos dos povoados que seriam a origem de diversas cidades do atual estado do Paraná. A abertura de caminhos, terrestres e fluviais, a “pacificação” da população indígena e o perfil de atividade econômica baseada na agropecuária, resultaram em um modelo de ocupação, colonização e constituição territorial

⁵⁰ O *Sertanejo Lopes*. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, n. 127, 29 mai 1884, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/416398/11663>. Acesso em: 11 ago. 2023.

⁵¹ Biografia. *Joaquim Francisco Lopes III* - *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, n. 34, 06 jun 1884, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/416398/11689>. Acesso em: 11 ago. 2023.

indígenas e implantação de dispositivos de controle espacial, como aldeamentos e colônias militares. Nesse contexto, o sertão deixou de figurar apenas como espaço desconhecido ou marginal e passou a ser concebido como fronteira estratégica, cuja incorporação dependia da produção de conhecimento territorial, da abertura de vias de comunicação e da institucionalização de formas de ocupação que garantissem a presença efetiva do Estado e de interesses privados associados. Assim, as rotas, mapas e aldeamentos resultantes dessas expedições integraram-se ao projeto mais amplo da política imperial de interiorização e consolidação do território, transformando paisagens, redefinindo relações com os povos originários e estabelecendo as bases materiais e simbólicas para a expansão da ocupação colonial no sul de Mato Grosso e no norte da província do Paraná.

A consolidação desse processo representou uma alteração irreversível das paisagens, naturais e humanas. Tanto que, das muitas das paisagens exploradas e registradas por Francisco Lopes e de John Elliott entre 1842 e 1852, restavam apenas vestígios arqueológicos e iconográficos como, por exemplo, a rocha de quartzito marcada com as iniciais “JFL”, “JHE” referente à expedição em 1846. No alto do mirante do morro das Pedras Brancas, na serra do Cadeado, estão fixados os vestígios dos esforços daqueles homens e a memória da expedição ao sertão, ainda a desafiar o tempo.

Recebido em 25 de setembro de 2025
Aceito em 09 de março de 2026